



**EXTRATO DA PORTARIA Nº 93/2024 - SEEL**

**Processo SEI nº:** 202417576000914

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 60, de 27 de fevereiro de 2024, que institui a Comissão para Procedimento Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF desta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

**ASSUNTO:** Instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF

**OBJETO:** DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF, com o objetivo de apurar indício de descumprimento contratual e eventual responsabilização dele decorrente, em razão de pagamento sem a devida certificação da despesa e superfaturamento: pagamento de diárias superiores às utilizadas.

**VIGÊNCIA:** 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

**LOCAL:** Goiânia - GO.

**RUDSON ROSA GUERRA**

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 446729

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 95/2024 - SEEL**

**Processo SEI nº:** 202417576000936

**ASSUNTO:** Instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF

**OBJETO:** DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF, com fulcro na Lei Estadual nº 17.928/2012, 13.800/2001 e IN de nº 003/2021-CGE-GO, o qual realizará as diligências julgadas convenientes à obtenção de provas e informações necessárias à instrução processual com o objetivo de apurar possível responsabilidade nas irregularidades narradas.

**VIGÊNCIA:** 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

**LOCAL:** Goiânia - GO.

**RUDSON ROSA GUERRA**

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 446730

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 99/2024 - SEEL**

**Processo SEI nº:** 202417576001085

**ASSUNTO:** Instauração de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário - PAD

**OBJETO:** DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplina - PAD nos termos da Portaria nº 99/2024/SEEL exarada no Processo SEI de nº 202417576001085, o qual apura eventuais responsabilidades administrativas pela prática dolosa de ato definido em Lei como improbidade administrativa bem como proceder ao exame de atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

**VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

**LOCAL:** Goiânia - GO.

**RUDSON ROSA GUERRA**

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 446731

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 94/2024 - SEEL**

**Processo SEI nº:** 202417576000930

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 62, de 27 de fevereiro de 2024, que institui a Comissão para Procedimento Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF desta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

**ASSUNTO:** Instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF

**OBJETO:** DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Fornecedor - PAF, com fulcro na Lei Estadual nº 17.928/2012, 13.800/2001 e IN de nº 003/2021-CGE-GO, a fim de levantar elementos de autoria e materialidade de atos ilícitos nos termos da Lei e apurar possível responsabilidade nas irregularidades narradas nos Achados de Inspeção nº 1, 2, 3, 4, 5

e 6 constantes na Solicitação de Ação Corretiva - SAC 0033/2023.

**VIGÊNCIA:** 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

**LOCAL:** Goiânia - GO.

**RUDSON ROSA GUERRA**

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 446732

**Secretaria de Estado da Segurança Pública  
- SSP**

**PORTARIA Nº 0189, DE 6 DE MARÇO DE 2024**

Designa gestor de contrato de repasse firmado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA**

**PÚBLICA**, nomeado pelo Decreto de 12 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 23.777 - Suplemento, no uso de suas atribuições legais e usando da competência que lhe confere a Portaria nº 0332, de 18 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.780, e tendo em vista o disposto no Processo SEI nº 202300002056620,

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência; e

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos e as disposições da Lei estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, especialmente o art. 51 e seguintes, resolve:

Art. 1º Designar o Tenente-Coronel PM \*143\* FLÁVIO ARANA, inscrito no CPF nº \*\*\*.416.291-\*\*, Chefe da Divisão de Motomecanização - DMM/CALTI, para atuar como gestor do Contrato de Repasse nº 950959 (SEI nº 55133888), celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás, cujo objeto constitui na reforma de instalações e construção da guarita do Comando de Apoio Logístico e Tecnologia da Informação - CALTI.

Art. 2º Designar o Tenente-Coronel PM \*172\* ALESSANDRO ARAUJO LOULY, inscrito no CPF nº \*\*\*.557.871-\*\*, Chefe da Divisão de Controle de Atividades Especiais - DCAE/CALTI, para atuar como suplente, substituindo o titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o servidor ora designado, deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;

II - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação;

V - atestar a execução do objeto contratado em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura;

VI - compete ao Gestor encaminhar as notas fiscais à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira/SSP, devidamente atestadas, logo após o serviço prestado ou da entrega do objeto. A apresentação de fatura/nota fiscal sem o devido atesto e/ou em desacordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ensejará no seu não pagamento; e

VII - o não cumprimento dos prazos previstos no inciso V deverá ser devidamente justificado pelo gestor, com aprovação da chefia imediata.

Art. 4º Estabelecer ainda que o Gestor ora designado



apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

- I - descrição circunstanciada da execução do contrato;
- II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;
- III - as ocorrências que o Gestor julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato; e
- IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único. A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor.

Art. 5º Determinar que o Gestor deverá, obrigatoriamente, observar as disposições expressas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contrato, instituído por meio da Portaria 0435/2020 - SSP (SEI nº 000014835887).

Art. 6º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 8º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP para conhecimento e demais providências.

**DEUSNY APARECIDO SILVA FILHO**

Protocolo 446825

PORTARIA Nº 0190, DE 7 DE MARÇO DE 2024

Substitui gestor de contrato firmado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, nomeado pelo Decreto de 12 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 23.777 - Suplemento, no uso de suas atribuições legais e usando da competência que lhe confere a Portaria nº 0332, de 18 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.780, e tendo em vista o disposto no Processo SEI nº 202200016002519, resolve:

Art. 1º Designar o servidor BRUNO DE SOUSA VIDAL, inscrito no CPF nº\*\*\*.157.741-\*\*, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Inteligência de Negócios, DAL-1, do quadro de pessoal desta Secretaria, para atuar como Gestor do Contrato nº 070/2022 - SSP (SEI nº 000031485653), celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa MEMORA PROCESSOS INOVADORES S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.765.378/0001-23, tendo como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Serviços Técnicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suprir as demandas nas áreas de desenvolvimento de Sistemas de Informação, de infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, dando continuidade ao projeto de modernização, qualificação, racionalização, informatização e integração do contingente tecnológico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás, com garantia de transferência de conhecimento e agregação de tecnologia, em substituição ao servidor ELDER WINDSON TAVEIRA GONÇALVES, inscrito no CPF nº \*\*\*.605.091-\*\*, designado por meio da Portaria nº 0643, de 07 de julho de 2022 (SEI nº 000031640166).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP para conhecimento e demais providências.

**DEUSNY APARECIDO SILVA FILHO**

Protocolo 446827

PORTARIA Nº 0198, DE 7 DE MARÇO DE 2024

Designa gestor de contrato firmado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, nomeado pelo Decreto de 12 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 23.777 - Suplemento, no uso de suas atribuições legais e usando da competência que lhe confere a Portaria nº 0332, de 18 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.780, e tendo em vista o disposto no Processo SEI nº 202100016029210,

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência; e

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos e as disposições da Lei estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, especialmente o art. 51 e seguintes, resolve:

Art. 1º Designar o servidor FÁBIO ARRUDA ARAÚJO, inscrito no CPF nº \*\*\*.157.131-\*\*, Engenheiro Civil, para atuar como gestor do Contrato nº 009/2024 (SEI nº 57194419), celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio desta Secretaria e a empresa PLANA PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF 10.315.413/0001-19, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na realização de serviços de engenharia visando a reforma com adequação de acessibilidade do auditório e pintura das fachadas externas do bloco da administração da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com prazo de vigência de 12 (doze) meses.

Art. 2º Designar a servidora PATRÍCIA COSTA DE FARIAS, inscrita no CPF nº \*\*\*.944.001-\*\*, Arquiteta, para ocupar a função de suplente, substituindo o titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o servidor ora designado, deverá:

- I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;
- II - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;
- III - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;
- IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação;
- V - atestar a execução do objeto contratado em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura; e
- VI - encaminhar as notas fiscais à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira/SSP, devidamente atestadas, logo após o serviço prestado ou da entrega do objeto. A apresentação de fatura/nota fiscal sem o devido atesto e/ou em desacordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ensejará no seu não pagamento.

Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos previstos no inciso V deverá ser devidamente justificado pelo gestor, com aprovação da chefia imediata.

Art. 4º Estabelecer ainda que o Gestor ora designado apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

- I - descrição circunstanciada da execução do contrato;
- II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;
- III - as ocorrências que o Gestor julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato; e
- IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único. A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor.